



O AUGE E A QUEDA: A DEFESA DO RIO DE JANEIRO EM 1711

Leonardo Henrique Giacomini¹

¹Graduando em História pela Universidade do Sagrado Coração, Bauru/SP. Artigo para a disciplina de História Moderna I, História do Brasil I e História da América II ministradas, respectivamente, pelo Prof. M.e Fábio Paride Pallotta, Prof.^a Dra. Lourdes Conde Feitosa e Prof.^a M.^a Nair Leite Nasralla.

RESUMO

A cidade do Rio de Janeiro, por ser uma importante rota comercial e por sua localização estratégica, tornou-se uma das principais cidades da colônia portuguesa no Brasil. Após as descobertas das jazidas de ouro nas Minas Gerais, a cidade carioca tornou-se principal porta para o sertão, atraindo pessoas de diversas regiões do país e estrangeiros em busca de riquezas. Por ser a principal rota para as minas do sertão, os portos da cidade do Rio de Janeiro também significaram a principal saída para o escoamento da produção aurífera no Atlântico. Sabendo dessa grande concentração de riquezas, a França passa a cobiçar a cidade. Com a ameaça de uma invasão francesa, a coroa portuguesa procurou preparar suas defesas, carecidas de material humano e suprimentos, contra os iminentes invasores. Este artigo procura analisar, através de discussão historiográfica, alguns aspectos que levaram a França a cobiçar a cidade e a falta de estrutura das defesas cariocas.

Palavras-chave: Invasão. Rio de Janeiro. Militar.

INTRODUÇÃO

No século XVII a cidade do Rio de Janeiro já era uma das principais cidades da colônia portuguesa no Brasil. Por sua centralidade a importância de seus portos evoluiu gradativamente através do século, chamando a atenção de diversas potências da época. Toda essa atenção voltada para a cidade portuária fez com que a coroa portuguesa em crise econômica em decorrência das recentes invasões holandesas no nordeste e as guerras na Europa precisasse se preparar para possíveis invasões estrangeiras.

RIO DE JANEIRO E SUA CENTRALIDADE

No século XVII a cidade do Rio de Janeiro era uma importante rota comercial da colônia portuguesa na América, principalmente por sua localização geográfica favorável para o comércio ultramarino.

Segundo Bicalho (2007, p. 3):

[...] sua posição litorânea e meridional no seio da América (que se tornaria portuguesa) proporcionou-lhe, a partir do século XVII, condições excepcionais de trânsito entre as possessões espanholas do estuário do Rio da Prata e os enclaves negreiros na África, conferindo-lhe uma dimensão atlântica e ateritorial, forjada, segundo Luiz Felipe Alencastro, pelo triângulo negreiro Luanda–Rio de Janeiro–Buenos Aires².

A partir do século XVII com o descobrimento das minas de ouro no nordeste e na região de Minas Gerais os portos da cidade do Rio de Janeiro se tornaram a principal rota de escoamento de metais preciosos para o Atlântico. A primeira estrada para o sertão das Gerais saía do Rio passando por Paraty ou Angra dos Reis e cruzava a Serra do Mar. A travessia, que durava cerca de três meses, era ameaçada por índios bravios e piratas.

Em novembro de 1698, nova carta régia desligou a capitania de São Paulo do governo da Bahia, colocando a sobre a jurisdição do Rio de Janeiro. Armava-se assim o tripé Rio de Janeiro-Minas-Colônia do Sacramento, que traria uma importância geo-política jamais vivida por aquela capitania.

Constituiu-se, a partir da descoberta e exploração das minas, e da fundação e defesa da Colônia do Sacramento, uma nova, alargada e importante região colonial, que possuía sua sede e ponto de articulação na cidade-porto do Rio de Janeiro. (BICALHO, 2007, p. 12).

Com o aumento da produção de açúcar na região da cidade do Rio de Janeiro e o escoamento de parte da produção açucareira do nordeste do país atrelada ao grande fluxo de embarcações que chegavam aos portos da cidade, houve o nascimento de atividades comerciais nas cercanias dos ancoradouros.

A produção açucareira não era a principal fonte econômica da cidade carioca, por mais que houve uma crescente dos engenhos ao seu redor e o grande escoamento da produção das cidades de Pernambuco e da Bahia. “Fora o cultivo de diversos outros produtos alimentícios nas propriedades agrícolas da região o que movimentava realmente a economia na cidade portuária do Rio de Janeiro era a pesca e a caça às baleias”³ (LAMARÃO, 1991, p. 23).

² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³ Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemayer. "Dos trapiches ao Porto." p. 23.

Segundo Bicalho (2007), o processo de capitalidade ou centralidade no Rio de Janeiro fez surgir diversos conflitos e disputas internas e externas oriundas de sua expansão demográfica e territorial.

[...] a cidade é o lugar da ordem social e política, é o espaço da convivência social por excelência e é o lugar da representação e do exercício do poder. Por outro lado, a cidade é também o pólo hierárquico de organização do território, é o centro a partir de onde se estabelece o controle das áreas circundantes. Mais que isso, é o centro a partir de onde se identificam as relações com estas mesmas áreas.⁴ (ARAÚJO, 2013, p. 2).

A mesma importância e centralidade conquistada por aquela cidade e região no seio do Império português vai significar um progressivo cerceamento do “autogoverno” da cidade exercido pela Câmara.

Em meados do século XVI a cidade do Rio de Janeiro já não era mais um simples centro provinciano se moldava para ser uma das principais cidades da colônia portuguesa e posteriormente a capital da colônia. Com toda essa centralidade, atrelada a diversidade econômica e comercial da cidade atraiu diversas pessoas de todo o território brasileiro, mas também estrangeiro. Toda essa concentração de riquezas e movimentação de produtos pessoas fez com a atenção das principais potências se voltassem para a cidade portuária.

A opulência de ouro, recém-descobertas nos sertões do Estado do Brasil, além do fausto que trazia aos portugueses atrelava a cobiça, as ilicitudes de grupos inseridos nessa sociedade colonial e a presença de corsários de variadas nações estrangeiras. (BICALHO, 2008, p. 3).

A FRANÇA E O CORSO

A atividade do corso surgiu na idade média, mas só tomou forma e importância em meados do século XVI quando as expansões marítimas estavam a todo vapor. O crescimento da atividade corsária no século XVI muito se dá por conta de diversas crises que estavam assolando o território Europeu e como rota de escape muitos marinheiros, fazendeiros e até mesmo comerciantes se viram nas mãos dos poderosos donos das empresas de navegação, como aponta Neto, Nelson Rocha (2009, p. 1):

⁴ARAÚJO, Renata Malcher de. “**A Razão na selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia**”. Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 15-16, janeiro-junho 2003, p. 151.

Os detentores do poder confiaram os primeiros indícios da acumulação do capital, repreendendo e posteriormente corrigindo as atitudes dos ociosos, procurando coagir os salários em períodos de diminuição da mão-de-obra visando manter os lucros dos mestres dos navios e esvaziar das ruas todos os desocupados em períodos de salários escassos, pondo fora de perigo a “ordem social.

O corso acabou se tornando uma importante ferramenta de guerra que saqueava os navios mercantis afim de causar pesados prejuízos ao comércio de nações inimigas e cortar o fornecimento de suprimentos belicos ou não. Muitas pessoas confundem a pirataria com o corso, a diferença entre elas era que: no caso do corso, havia a autorização do rei de determinada nação para efetuar as ações de saques já os piratas não agiam sobre a bandeira de nenhum reino ou país.

No caso da França, o corso era, sobretudo, uma atividade privada. Os navios corsários pertenciam em grande maioria a grandes empresas de navegação que atraíam jovens marinheiros com a promessa do ouro e além disso armavam e abasteciam os navios. Saint Malo, cidade bretã no litoral norte da França onde nascera Duguay-Trouin, era tradicionalmente um porto corsário. No curto período entre 1695 e 1715 estima-se que os corsários franceses acometeram cerca de sete mil navios inimigos.

O Rio de Janeiro, por sua importância estratégica e econômica chamou a atenção do rei da França Luis XIV que elaborou um plano para invadir e saquear a cidade.

Segundo Bicalho (2006, p. 16-21),

O projeto de invasão ao Rio de Janeiro foi apresentado a Pontchartrain, ministro da Marinha, submetido a Luís XIV, e aprovado, sendo as condições definitivas da empresa assinadas em março de 1711. Envolveria 14 diferentes armadores e acionistas, dentre os quais o próprio Duguay -Trouin e alguns de seus familiares, contando ainda com um dos mais poderosos banqueiros parisienses, o Conde de Toulouse, almirante da França, filho natural (ou seja, bastardo) de Luís XIV.

Em termos gerais, as cláusulas acordadas estabeleciam que ao rei caberia conceder sete navios de guerra, quatro fragatas, uma corveta, duas galeotas de bombas e uma flûte, todos aparelhados e equipados com armas e munições. Comprometia-se ainda o monarca a recrutar os marinheiros para a esquadra, cabendo aos armadores o pagamento de seus salários. Para viabilizar o empreendimento, Luís XIV forneceria também os guardas e os soldados da Marinha francesa (cerca de dois mil homens) e pagaria os seus soldos. Caso a expedição não desse lucro, o dinheiro adiantado pelos armadores seria considerado perdido.

Universidade do Sagrado Coração

Rua Irmã Armanda, 10-50, Jardim Brasil – CEP: 17011-060 – Bauru-SP – Telefone: +55(14) 2107-7000

www.usc.br

AS DEFESAS PARA O MUNDO

Com os olhos do mundo voltados para a cidade do Rio de Janeiro a necessidade da coroa em proteger uma de suas principais cidades era latente. As recentes invasões holandesas e as descobertas das minas no sertão fizeram aumentar com vigor o interesse na idéia de fortalecer a cidade, tanto estruturalmente com o aprimoramento de fortificações e mecanismos de defesa, mas também com o recrutamento de soldados.

Segundo Bicalho (2007), a partir de finais do século XVII e princípios do XVIII, frente ao crescimento da pirataria e do corso promovidos pela situação de beligerância na Europa e diante da maior importância estratégica da cidade do Rio de Janeiro em decorrência da descoberta das primeiras veias auríferas o temor metropolitano de uma possível invasão estrangeira ao Brasil cresceu exponencialmente. Frente a isso, muitos governantes das capitâneas passaram a se preocupar ainda mais com suas defesas.

A autora completa que, por volta de 1704, um ofício do governador Dom Álvaro Albuquerque alertava sobre a construção de um atrincheira que cercasse a cidade, pois sabia que a cidade carecia de defesas internas sólidas e caso sofresse um ataque a queda da cidade seria iminente.

Além do viés estratégico defensivo que a construção dessas trincheiras traria para a cidade do Rio de Janeiro, servindo de proteção para soldados e moradores no caso de alguma invasão serviriam também como posto de controle de entrada e saída de mercadorias, população e muitas vezes de fiscalização de soldados desertores que muitas vezes abandonavam seus postos atraídos pela cobiça do ouro e de outros metais preciosos.

Segundo Teixeira Filho (1975, p. 128):

Encontra-se a informação que em 1695 a cidade possuía apenas três fortificações: o Forte de São João e a Fortaleza de Santa Cruz, na entrada da barra, e o Forte de São Tiago, na base do Morro do Castelo. A parte interna da cidade não tinha defesa alguma, o que facilitaria uma invasão por terra da cidade, como foi comprovado por *Duclerc* na invasão de 1710.

Para Bicalho (2007, p. 14), “antes da Restauração, e sob a égide do domínio holandês no nordeste, em 1634, Rodrigo de Miranda Henriques, que tomara posse do governo do Rio de Janeiro por falecimento de Martim de Sá, escrevia à Metrópole” alertando sobre a vulnerabilidade das defesas da marinha e a dificuldade de guardar a cidade do Rio de Janeiro.

Um trecho dessa mesma carta descreve o quão frágeis eram as defesas da parte mais baixa da cidade carioca “onde em qualquer parte pode o inimigo lançar gente e varrer com sua artilharia a defesa da praia, que aliás não é mais que uma trincheira de taipa débil em si e baixa na altura que toma o comprimento desta cidade.

Rodrigo de Miranda em sua carta à metrópole, “dizia ter achado, em um outeiro⁶, as ruínas “do que foi um lanço de taipa que era princípio de uma fortaleza” (de São Sebastião) que Martim de Sá fabricara” (BICALHO, 2007, p. 14). Com esse descoberta afirmou que poderia transformar o outeiro na principal estrutura defensiva da cidade, ele ainda diz em sua carta que por sua posição estratégica “os moradores das próprias casas os podem estar matando com a mosqueteria e arcabuzaria, defendendo do mesmo alto os surgidoiros que hoje têm os navios”.

Ao longo do século XVII a metrópole tinha dificuldades em financiar e suprir as despesas militares da colônia.

Para Bicalho (2000, p. 12):

A falta de recursos da Fazenda Real, exausta de rendas devido ao ônus representado pelo movimento de Restauração - seguida pela guerra e expulsão dos holandeses dos territórios de forma mais abrangente, diante da crise econômica que na segunda metade do século recaiu sobre a economia imperial portuguesa.

Esse fator transferiu de forma significativa os custos e mão de obra com defesa das cidades para os colonos.

Como se não bastasse às dificuldades econômicas da coroa de suprir as defesas da cidade, outro fator que contribuiu para a precariedade das defesas cariocas fora a aversão dos colonos aos serviços militares.

Segundo Bicalho (2007, p. 26), “Artur de Sá e Menezes percorria caminhos não exatamente ortodoxos para conseguir as forças necessárias à defesa da capitania”. Os crimes de deserção seriam perdoados se os soldados voltassem a seus postos no prazo de dois meses seriam executados.

A carência de material humano era tamanha que D. Álvaro de Albuquerque escrevia ao Capitão-Mór da Vila de Santo Antônio de Sá para que fizesse no seu distrito “toda a gente que for possível, assim de homens vadios, carijós e mulatos livres, para com ela se poder melhor guarnecer esta praça e as fortalezas da barra”. Tornou-se comum na colônia converter

o temor da ameaça representada pela vadiagem em uma política de “utilidade dos vadios”. Como afirma Mello e Souza (1986, p. 74), “o ônus eventualmente representado pelos desclassificados convertia-se, através do castigo, em trabalho, e, portanto, em utilidade”.

Nos momentos de perigo externo, dada a falta de soldados treinados pela coroa, colonos, índios, pardos, mamelucos e inclusive negros livres e escravos lutavam lado a lado contra um inimigo em comum. Assim sempre que houvesse ameaça de invasão seja por terra ou por mar, todos eram convocados para a defesa da cidade.

Para Bicalho (2007, p. 27):

No dia 17 de setembro de 1710, dois dias antes da chegada dos franceses à trincheira construída na altura da vala que separava o território urbano do campo adjacente, Castro Morais emitira nova ordem ao referido Antônio Machado, para que se recolhesse à cidade com o maior número possível de índios armados com arcos e flechas.

Pois enquanto os mesmos estivessem a serviço da defesa da cidade seriam acolhidos pela lei.

A ARTILHARIA INEFICIENTE

Além da falta de contingente para a defesa em terra a artilharia nos fortes não era eficiente. Os canhões das fortalezas da barra estavam posicionados para agir em três direções diferentes: na primeira se ofendiam os navios que se aproximavam da barra; na segunda, os que estavam no meio da passagem; e na terceira, os que conseguiram forçar a barra e se dirigiam para o ancoradouro (MARTINS, R. V.; FILGUEIRAS C. A. L.).

“As fortalezas ofereciam 51 tiros de canhão para fora da barra, 39 para a passagem, e 41 para dentro. Com as peças que ainda faltavam, seriam acrescentados 18 tiros para fora, 12 para a passagem, e 19 para dentro.” (2011, p. 12).

Um invasor que forçasse a barra da baía de Guanabara, através da Linha de Entrada, em meados do século XVIII, sofreria a ação de apenas 11 canhões da Fortaleza de Santa Cruz, os quais atirariam em três direções diferentes: primeiro entrariam em ação os canhões que atiravam para fora da barra. Com o auxílio de apenas cinco canhões os artilheiros tentariam impedir a aproximação do invasor, três atirariam seus projéteis a 108 braças e dois a 96 braças. A seguir, considerando que o impetuoso invasor continuou seguindo na Linha

de Entrada, quando já estivesse na entrada da barra, duas peças de artilharia lançariam seus projéteis a uma distância de 158 braças. Por último, se o invasor conseguisse adentrar a baía, quatro canhões passariam a agir: dois atirariam a 125 braças, um a 96 braças, e outro, o de menor calibre, atiraria a 79 braças. Os diferentes alcances das armas nos mostram que existiam na Fortaleza de Santa Cruz armas de seis calibres diferentes (MARTINS, R. V.; FILGUEIRAS C. A. L).

O preparo de um tiro envolvia um número mínimo de artilheiros e serventes: um chefe da peça, encarregado de apontar e disparar o canhão; um homem com o soquete/lanada; um ou mais carregadores de munição; e um homem encarregado de controlar a escorva (MARTINS, R. V.; FILGUEIRAS C. A. L).

Ao número mínimo de quatro pessoas por peça deveríamos acrescentar um grande número de serventes, encarregados de recolocar a peça em posição após o recuo causado pelo tiro (ANDRADA; CASTRO, 1993, p. 67). Considerando que onze peças da artilharia poderiam ser utilizadas na Fortaleza de Santa Cruz contra um invasor, no mínimo deveríamos ter 44 artilheiros à disposição das peças, os quais deveriam ser auxiliados por diversos serventes. Mas, na época da invasão francesa, em 1711, existiam apenas 15 artilheiros destinados à Fortaleza de Santa Cruz. Pela falta de material humano a artilharia dos fortes não era utilizada de forma eficiente, uma vez que era necessário um número grande de serventes e artilheiros para o preparo dos tiros dos canhões.

A INVASÃO E A QUEDA

No dia 2 de setembro chega um aviso vindo de Cabo Frio alertando sobre dezesseis navios franceses rumando ao sul em direção à cidade do Rio de Janeiro. Sabendo da provável invasão francesa, o governador mobilizou todas as tropas em diversos pontos da cidade. Segundo Santos, Fabio Lobão Marques após dias sem qualquer nau estrangeira aparecer no horizonte as tropas foram desmobilizadas e no dia 12 de setembro com as defesas desestruturadas, 18 poderosas naus de guerra sob o comando de René Duguay-Trouin auxiliadas pela forte neblina e o vento a favor entraram com rapidez na baía de Guanabara.

Com a esquadra animada e veloz pelo auxílio do vento a artilharia foi pouco eficaz contra os navios franceses. Após entrarem na baía carioca, o invasor que possuía uma

poderosa artilharia começou a atacar simultaneamente posições estratégicas (SANTOS, 2012).

As tropas da cidade resistiram por mais alguns dias. No dia 18 de setembro uma tropa com 300 homens atacou um posto avançado francês porém foram derrotadas pelas numerosas e bem preparadas tropas francesas (SANTOS, 2012).

Já em 19 de setembro, com as principais posições de defesa carioca tomadas pelos franceses que posicionaram boa parte de sua artilharia para a cidade do Rio de Janeiro pressionaram o governador Francisco de Castro Morais que no dia 20 de setembro após diversas reuniões com vereadores, e oficiais do exército declaram a rendição da cidade carioca.

Após a rendição da cidade, houve uma deserção em massa por parte da população e dos militares que a princípio iriam fugir para um território circunvendo a fim de reorganizar as tropas e preparar uma ofensiva para a retomada da cidade foi impossibilitado pela grande desordem da fuga.

No dia 21 de setembro de 1711 a notícia de que uma armada francesa composta de 18 embarcações havia entrado no porto do Rio de Janeiro chegou as minas, o então governador Antônio de Albuquerque de Carvalho o mesmo que mesmo designado, após a guerra dos Emboabas, para domesticar aqueles sertões, fundando vilas e levando a autoridade régia aos seus longínquos rincões resolveu marchar para o litoral, a fim de socorrer a cidade litorânea recém-invadida, trazendo “perto de seis mil homens, da melhor e mais luzida gente que têm as ditas Minas, assim de forasteiros como paulistas” (BICALHO, 2007, p. 27). Embora chegasse tarde para evitar o desembarque e a vitória das forças inimigas, assumiu o governo após o pagamento do resgate aos franceses, devido às queixas dos moradores contra o modo como o então governador do Rio, Francisco de Castro Morais, abandonou a cidade aos inimigos.

Francisco de Castro Morais, oferece como pagamento pelo resgate da cidade a quantia de seiscentos e dez mil cruzados, cem caixas de açúcar e duzentos bois. Após a devolução da cidade e Antônio Albuquerque assumindo como governador, Francisco de Castro Morais é preso nas masmorras da fortaleza de Santa Cruz (FAZENDA, 1943, p. 407).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a invasão e tomada da cidade do Rio de Janeiro pelas tropas francesas fora mais um golpe de sorte do que totalmente despreparo das tropas coloniais. Por mais que houvesse uma carência de recursos e material humano e inegável que a condição climática tenha facilitado a entrada das naus francesas, ajudando no chamado “primeiro tiro” pegando as defesas cariocas desprotegidas e desorganizadas.

THE APEX AND THE FALL: THE DEFENSE OF RIO DE JANEIRO IN 1711

ABSTRACT

The city of Rio de Janeiro, being an important commercial route and enjoying a strategic location, became one of the main cities of the Portuguese colony in Brazil. After the discovery of gold deposits in Minas Gerais, the city of Rio de Janeiro became the main gateway to the backland, attracting people from various regions of the country and foreigners in search of wealth. As the main route for the mines of the backlands, the ports of the city of Rio de Janeiro also served as the main outlet for the flow of gold production in the Atlantic. Aware of this great concentration of riches, France begins to covet the city. With the threat of a French invasion, the Portuguese crown sought to prepare its defenses, although lacking manpower and supplies, against the imminent invaders. This article tries to analyze, through a historiographical discussion, some aspects that have led France to covet the city and the lack of structure of the Carioca defenses.

Keyword: Invasion. Rio de Janeiro. Military.

REFERENCIAS

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII**. Revista de História Regional 3.2 (2007). <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/107>>. Acesso em: 24 maio 2016.

BICALHO, Maria Fernanda. **O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa**. URBANA: *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade* 1.1 (2013).

BICALHO, Maria Fernanda. **“Uma cidade em pânico”**. *Nossa História, Rio de Janeiro*, ano 3, nº 27, p. 16-21, jan. 2006

FAZENDA, José Vieira. (Antigo bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). **“Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro.”** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 95 – V. 149 (2 edição), Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1943.

FERNANDES, V. L.; ABRIL V. H. **"Portos e cidades: comércio, política e sociedade no Rio de Janeiro colonial."** Revista DigitalEstudiosHistoricos 3 (2010): <
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3183899> > Acessado em: 27/05/2016).

LAMARÃO, Sérgio. **“ Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro”**. Vol. 17. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991.

MARTINS, R. V.; FILGUEIRAS C. A. L. **"A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica."** <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1969.pdf> > Acessado em: 27/05/2016.

Neto, Nelson Rocha. **"Piratas e Corsários na Idade Moderna."** *Universidade Tuiuti, Paraná* (2009). <
http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_40_especial/txt_faculdades/FACHLA/PIRATAS%20E%20CORS%C3%81RIOS%20NA%20IDADE%20MODERNA.pdf > Acessado em: 30/10/16

SANTOS, Fabio Lobão Marques dos. **“ Entre honras, heróis e covardes ”**. Universidade Federal Fluminense, 2012. <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1562.pdf>> Acessado em: 20/05/2016.